



01ª Reunião Ordinária/2024

07 de março de 2024

Formato Presencial

Auditório E09, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos

Horário: 14h – 16h30min

10

11

12 **PAUTA:**

13

14 1. Abertura;

15 2. Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 14/12/2023;

16 3. Apresentação do Produto 2 do GT Cobrança – Preços Públicos Unitários para Cobrança pelo Uso
17 de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos;

18 4. Apresentação e deliberação da minuta Mecanismos e Valores para a Cobrança pelo Uso de Recursos
19 Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos;

20 5. Processo de Renovação Comitesinos Gestão 24/26 – Comissão Eleitoral;

21 6. Solicitação de manifestação referente à solicitação de Outorga para bombeamento;

22 7. Apresentação do Relatório de Atividades 2023 e Plano de Trabalho 2024;

23 8. Convite I ERCOB Sul 2024;

24 9. Assuntos Gerais.

25 **ATA ORDINÁRIA Nº 01/24 – REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

26 Aos sete dias do mês de março do ano de 2024, a plenária do Comitesinos se reúne às quatorze horas,
27 de forma presencial, no Auditório E09 005, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos (Av. Unisinos, 950
28 – Cristo Rei, São Leopoldo – RS, 93022-750). **1) Abertura:** a presidente Viviane Feijó Machado dá
29 as boas-vindas, agradece a participação dos presentes. Dando início à reunião, ela apresenta o primeiro
30 item da pauta: **2) Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 14/12/2023:** É colocado em
31 apreciação aos membros. Zolair Fritsch (SINDIQUIM) pede que a ata seja alterada, retirando o termo
32 “intrigada” atribuído a ela. O termo foi retirado conforme a solicitação. Ao ser posta em votação, a ata
33 é aprovada por unanimidade. **3) Apresentação do Produto 2 do GT Cobrança – Preços Públicos**
34 **Unitários para Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos:**

35 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) inicia a apresentação realizando um resgate do trabalho do
36 GT (Grupo de Trabalho) até a finalização do Produto 2 e apresentação à plenária. Lembra que o assunto
37 vem sendo trabalhado com mais ênfase dentro do Comitesinos desde o início de 2022. Viviane realiza
38 um resgate sobre o que é a cobrança, um valor que se paga pela água que é utilizada como matéria
39 prima, e reforça que a água é um bem público que pertence a todos, e que quem a usa em seu processo
40 produtivo tem que pagar por isso. A Lei define que é preciso pagar pelo uso da água como forma de
41 entender seu real valor, incentivando o uso racional e garantindo recursos para recuperar as bacias
42 hidrográficas. Ela esclarece que quem paga pela água são os usuários que retiram direto dos recursos
43 hídricos, e quem define o preço e o mecanismo de cobrança é o comitê de bacia. Viviane lembra que o
44 mecanismo de cobrança já foi aprovado pela plenária do Comitesinos em dezembro de 2023, e hoje
45 serão apresentados os preços por m³ de água captada ou por quilograma de DBO lançada que cada
46 usuário deverá pagar. Será o Estado quem implementará esta cobrança, verificando as outorgas,
47 observando o mecanismo e organizando a cobrança pelo uso da água. O valor arrecadado pela cobrança
48 será disponibilizado para uma agência de bacia ou entidade delegatária. O papel dos comitês, além de
49 definir os mecanismos e preços, é decidir, atendendo ao Plano de Bacia, onde esses recursos
50 arrecadados serão destinados. Ela traz alguns exemplos como abatimento de carga, pagamento por
51 serviços ambientais, monitoramento da qualidade do rio, entre outras possibilidades. Viviane também
52 traz o Artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o qual institui o Sistema Estadual
53 de Recursos Hídricos, e estabelece que os recursos arrecadados com a cobrança deverão ser aplicados
54 na própria bacia. Ela menciona também a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Plano de Bacia
55 do Sinos, os quais trazem também a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O GT Cobrança adotou
56 uma técnica para definição dos valores que considerava a capacidade e a disposição de pagamento dos
57 usuários. Por meio da verificação das ações do plano de bacia e seus custos, também é possível formular
58 os preços para cobrar na Bacia do Rio dos Sinos, em vista de podermos fazer os investimentos
59 necessários para a realização do Plano de Bacia. No entanto, o Plano de Bacia aponta que devemos
60 utilizar referências de outras bacias hidrográficas do país que já cobram pelo uso dos recursos hídricos.

61 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) faz um resgate do trabalho feito dentro do GT Cobrança, o
62 qual foi constituído, inicialmente, com alguns membros da CPA, e depois foram incluídos os
63 representantes dos usuários da água. Foram realizadas 14 reuniões, sendo 9 com os usuários. Ressalta
64 o fato de os valores que o Estado destina hoje aos recursos hídricos serem disputados com outros
65 setores, como saúde, educação e segurança, quando, na realidade, existe uma lei que diz de onde deve
66 vir recurso específico para as bacias, o qual é importante para sua recuperação. Esta recuperação volta
67 para o usuário, visto que haverá ações para garantir água em quantidade e qualidade adequadas. O GT
68 trabalhou os valores a serem pagos tanto quanto seu impacto, de forma a trazer hoje a proposta. Viviane
69 afirma que o Plano de Bacia aponta que o mecanismo e os valores devem ser definidos utilizando como
70 exemplo outras bacias que já tenham essa aplicação, e dá um prazo total de até três anos para a
71 implementação da cobrança. Ela alerta, no entanto, que isso dependerá da velocidade que o Estado vai

72 constituir essas agências e implementar a cobrança. Ao longo dos últimos dois anos, foram feitas
73 capacitações na plenária, o assunto foi discutido na CPA e foi feita a deliberação 108/2022, onde o
74 comitê vê a cobrança com o potencial de viabilizar as ações do plano de bacia. O I Simpósio de Manejo
75 de Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas, realizado para comemorar os 35 anos do comitê, teve
76 uma mesa redonda sobre cobrança pelo uso da água, e contou com a participação do Departamento de
77 Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento – DRHS, da Agência das Bacias PCJ, Agência Nacional
78 de Águas e Saneamento Básico – ANA e de um consultor. Depois disso, foi constituído o GT Cobrança
79 com apoio técnico do DRHS, da ANA e membros da CPA. Paralelo a isso, foi instituído o GT Plano
80 de Bacia, para fazer um diagnóstico do Plano de Bacia, o qual foi trazido a Plenária para decidir as
81 ações prioritárias, as quais devem receber recursos das primeiras arrecadações da cobrança. A diretoria
82 trouxe a proposta apresentada pelo GT do mecanismo na última reunião plenária de 2023, e foi
83 aprovada. Agora, traz a proposta de preços.

84 O documento foi projetado, e Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) reforça que todos os membros
85 receberam o documento com o Produto 2, Preço Público Unitário para Cobrança pelos Recursos
86 Hídricos na Bacia do Rio dos Sinos. A presidente faz a leitura do documento. Viviane lembra que o
87 Produto 1, referente ao mecanismo, aponta que o mesmo deve ser revisado a cada 4 anos. Já no Produto
88 2, se as agências de regulação do saneamento não permitirem o repasse integral do valor cobrado aos
89 consumidores finais, os valores serão revisados. Após a leitura do documento, ela abre para que a
90 plenária faça suas considerações.

91 Rafael Altenhofen (UPAN) sugere que seja colocada a sigla DBO ao lado de Demanda Bioquímica de
92 Oxigênio, no Art. 1º. Foi realizada a alteração.

93 Sílvio Klein (COMUSA) diz que entende o sentido do Art. 3º, mas faz algumas ressalvas. Ele acredita
94 que o artigo em questão causará muitas discussões no futuro. Todas as categorias fazem ações em favor
95 da bacia, e poderão pleitear que a plenária analise se pode ou não haver mecanismo diferenciado de
96 pagamento. Para Sílvio, o comitê está criando um problema para si mesmo, e que foge do escopo
97 principal. Ele propõe que seja retirado o Art. 3º.

98 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) explica que o artigo indica que o GT desenvolva um
99 documento específico apontando como funcionará em caso de qualquer tipo de intervenção ou obra.
100 Não está aberto para que qualquer mecanismo seja apresentado na plenária. O GT trabalhará nisso.
101 Zolair Fritsch (SINDIQUIM) pergunta se a cobrança pelo lançamento é por Kg de DBO. Viviane
102 confirma.

103 Rafael Altenhofen (UPAN) defende que seja mantido o mecanismo diferenciado de pagamento, pois
104 funciona como um estímulo. Ele diz que, se todos fizessem sua parte, sequer haveria necessidade de
105 pagamento, e que nada mais justo que esses esforços sejam reconhecidos.

106 Sílvio insiste na retirada e a Plenária entra em conversas paralelas.

107 João Carlos Brito (STR Rolante e Riozinho) pergunta sobre a isenção de R\$500,00 para a agricultura
108 familiar. Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) esclarece que não haveria isenção do R\$500,00 se
109 fosse usado o valor mínimo para algumas produções. O que há no mecanismo é a retirada de R\$500,00
110 de todos. Ela diz que no GT foi abordada uma proposta de valor diferenciado sem a redução de
111 R\$500,00, porém no próprio GT foi retirada a proposta. O valor da fórmula da cobrança para todos os
112 usuários, é o valor da captação, mais o valor do lançamento e menos R\$500,00. O pequeno produtor
113 tende a ter valor a ser pago menor de R\$500,00, então é como se ficasse isento.

114 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS), voltando ao apontamento de Sílvia, afirma que a ideia é
115 que se trabalhe um documento específico no GT, apontando como funcionará o mecanismo
116 diferenciado, e quais os trâmites para que se solicite redução no valor. A intenção é trazer isso em outro
117 momento, visto que o GT continuará constituído. A Plenária precisa aprovar essa normativa, e, a partir
118 disso, pode aprovar o mecanismo diferenciado para as ações apresentadas ou entender que as ações
119 não estão relacionadas com o Plano de Bacia.

120 Thiago Barros (ANA) se apresenta e fala sobre o mecanismo diferenciado, exemplificando com a
121 experiência da Agência das Bacias PCJ. Segundo ele, acabou caindo em desuso. O mecanismo é
122 aplicado quando se faz investimentos adicionais a sua obrigação que contribuem para os mesmos
123 objetivos do plano de bacia, caso o usuário esteja fazendo uma ação de recuperação de uma área de
124 APP, um nível de tratamento além do que a lei obriga ou a contribuição com o aumento da quantidade
125 e qualidade de água, por exemplo. Isso é reconhecido como um serviço daquele usuário e é abatido do
126 pagamento que o usuário deveria fazer.

127 Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho (ANA) afirma que, nas Bacias PCJ, foi aprovado que os
128 mecanismos diferenciados não incidem sobre todo valor da cobrança do usuário. Se uma companhia
129 de saneamento fizer um investimento voltado para o tratamento de efluentes, vai incidir somente sobre
130 o que é cobrado referente ao lançamento, e não sobre a parcela de captação. Além disso, o comitê teve
131 o cuidado de isso não gerar crédito futuro. Ele traz, como exemplo, que se a cobrança daquele ano
132 tivesse dado 50 mil reais, e a obra tivesse custado 2 milhões, impactaria apenas nos 50 mil daquele
133 ano, e não nos valores dos anos seguintes.

134 Anderson Etter (SEMAE) pede suspensão da plenária por 5 minutos para que as categorias possam
135 tratar desse artigo em específico.

136 Após o período de suspensão da plenária, a presidente Viviane Feijó Machado coloca a permanência
137 do Art. 3º em votação. Sendo aprovado, com dois votos contrários. Dando continuidade à discussão do
138 Produto 2.

139 João Luiz Moreira da Silva (Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha) cumprimenta os colegas.
140 Ele faz uma fala em defesa da agricultura, lembrando da importância do trabalho do agricultor e falando
141 das dificuldades que eles enfrentam. Fala dos açudes que os produtores construíram e que auxiliam na

142 reservação de água na bacia. Ele pede que a plenária vote contra, ou que se retire a cobrança dos
143 agricultores, e afirma que não há incentivos aos agricultores.

144 Marco Muller (CICS Portão) afirma que isso tudo já foi discutido no GT Cobrança. Lembra que o GT
145 trabalhou durante o ano de 2023 e parou somente em 08 de fevereiro de 2024. “Estamos cumprindo o
146 que está na Lei Estadual 10.350, que diz que é proibido ter água de graça”. Marco Muller afirma que
147 trouxe a proposta de que fossem usados os preços médios. Reforça que a ANA assessorou o GT em
148 todas as reuniões e ajudou a fazer uma média com os melhores preços usados no Brasil, a qual foi
149 considerada uma ótima sugestão. Foram dois meses de discussões somente sobre a agricultura, e
150 chegamos a um valor muito mais baixo, de milésimo de centavo. A proposta foi recusada pelos
151 produtores rurais.

152 Rafael Altenhofen (UPAN) lembra que, no cálculo da média, foi eliminado o valor mais alto, do Estado
153 do Ceará, logo, a média é menor do que a média nacional.

154 Anderson Etter (SEMAE) saúda os colegas e a presença do Deputado Estadual Miguel Rossetto. Ele
155 fala sobre a importância do que está sendo feito, de cumprir a legislação. Lembra que estamos fazendo
156 um exercício de democracia e didática, e fala que a manifestação do vereador João Luiz Moreira da
157 Silva é pertinente, no entanto, reforça que o pagamento se dá através da macromedição do que é
158 consumido, e que a concepção do instrumento é um incentivo ao uso racional da água.

159 João Carlos Brito (STR Rolante e Riozinho) se apresenta como representante da agricultura familiar,
160 que produz alimento, preserva as nascentes e faz com que a água saia de sua região em boas condições.
161 Ele diz que, se a água que chega no baixo Sinos está em péssimas condições, não é por culpa da
162 agricultura familiar. Para ele, o produtor de arroz capta a água e, depois, larga no rio em qualidade
163 melhor. Ele afirma que o valor para a agricultura está muito alto, e que apresentou uma proposta de um
164 valor menor no GT. Ele afirma que este valor vai inviabilizar a produção, e defende a não cobrança
165 para a produção de alimento.

166 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) lembra que João Carlos Brito apresentou uma proposta no
167 GT Cobrança, mas ele mesmo decidiu retirar, pois a categoria preferiu se posicionar contrária a
168 cobrança. Aponta que a cobrança não inviabiliza a produção rural e nem a indústria, nem operadoras
169 de saneamento. Nem mesmo no Ceará, onde os valores são maiores, houve casos de indústrias ou
170 produtores rurais que saíssem de lá para outra bacia ou para outro Estado. Ela diz que o comitê está
171 ciente das dificuldades para a agricultura em repassar o valor final, pois dependem de questões
172 climáticas e de outras questões de mercado, diferente do que acontece na indústria e no abastecimento,
173 porém o preço já é diferenciado por conta dessas dificuldades. Reforça que é menos de um centavo.
174 Viviane fala que as melhorias que a agricultura traz para o meio ambiente também são feitas pelos
175 outros setores. A indústria tem trabalhos na gestão ambiental, saneamento também promove seus
176 esforços nas questões ambientais. O importante é entendermos que não estamos falando de política
177 ambiental, mas de recursos hídricos. A cobrança é para quem utiliza água, pois é um bem público.

178 Joel Garcia Dias (SEMAE) lembra que todo o sistema de comitê de bacia hidrográfica foi montado
179 prevendo a cobrança pelo uso da água. É um ressarcimento pelo uso de um bem público. A população
180 precisa que façamos o ressarcimento desse bem público para proteger e reconstituir a Bacia do Rio dos
181 Sinos. O comitê mais antigo do Brasil ainda está sem recursos para que se faça os investimentos
182 necessários e se cumpra o plano de bacia. É fundamental que a gente estabeleça a cobrança pelo uso
183 da água, respeitando a particularidade de cada setor. Sabemos que o setor agricultura é fundamental,
184 mas não podemos beneficiar um setor porque vamos ter que onerar os outros, que também tem
185 contribuições e reconhecem que essa cobrança é fundamental. O que os setores devem cobrar é como
186 estão sendo aplicados os recursos. Ir contra a cobrança é ir contra a recuperação da bacia.

187 Ana Juliano (CHARRUA) afirma que participou da redação da Lei 14.119/2021, que institui a Política
188 Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Ela lê o parágrafo único do Art. 9º, que diz que as
189 Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais e outras sob limitação administrativa nos termos
190 da legislação ambiental serão elegíveis para pagamento por serviços ambientais com uso de recursos
191 públicos. Estamos falando do consumidor pagador, mas também temos que falar do produtor de água.
192 Ana Juliano afirma que é preciso pagar pelo PSA para aquele que preserva, porque se não preservassem
193 não chegaria água no Rio dos Sinos. Ela reforça que o produto da cobrança deve ser direcionado para
194 o produtor de água.

195 Viviane Feijó Machado responde que o recurso da cobrança pelo uso da água pode ser direcionado
196 para o PSA, e que isso está previsto no Plano de Bacia.

197 Claudio Fioreze se apresenta como vice-presidente do Comitê Gravatahy, ex-secretário da agricultura
198 do governo Tarso Genro. Ele diz que, na época, foram implementados dois programas de incentivo à
199 irrigação, reconhecidos no Brasil por inovação e flexibilidade, a área irrigada no RS foi dobrada, depois
200 parou. Esse debate tem que passar pelos comitês. Ele calcula que, com o valor de 0,041 por m³, haverá
201 122 mil metros cúbicos isentos. Claudio Fioreze afirma que poucos plantam mais do que 10ha de arroz
202 na Bacia do Rio dos Sinos. Se pegarmos o consumo médio real, na faixa de 600 mm (lâmina d'água)
203 por ano segundo EMBRAPA e o IRGA, chegaremos a 20 ha de lavoura de arroz irrigado totalmente
204 isentos. Ninguém da agricultura familiar ou da média vai pagar, e, se pagar, vai ser muito pouco.
205 Concorda em incentivar os bons produtores que tem boas práticas de produção, e diz que esse fundo
206 serve para isso também. Ele sugere que o valor seja descontado da taxa CDO do arroz, pois 70% dessa
207 taxa vai para os cofres públicos, para o caixa único do Estado, e não retorna para os arrozeiros e nem
208 para o IRGA. Reforça que existem muitos mecanismos de financiamento alternativos caso a agricultura
209 se sinta prejudicada.

210 Rafael Altenhofen (UPAN) diz que a agricultura é reconhecida, e que justamente por isso que a
211 intenção é cobrar valores menores. Em todos os comitês onde se paga pela água a agricultura é a maior
212 beneficiada. A taxa de retorno do investimento para o setor agropecuário é quase o dobro do que o
213 valor pago.

214 Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) lembra que todos esses assuntos foram muito discutidos no
215 GT com os usuários, e que tudo isso foi apresentado com números, mostrando quanto cada usuário
216 pagará. Para ela, não há mais nenhuma dúvida se deve haver cobrança ou não, pois está na lei. Viviane
217 diz que, na realidade, estamos descumprindo a lei ao não implementar a cobrança, e como o Estado
218 não fez a sua parte, instituindo as agências, iniciando a cobrança para que os comitês definam valores
219 e mecanismos, fizemos o mea-culpa porque percebemos que podemos realizar o que a lei nos compete.
220 A cobrança não iniciará imediatamente, a intenção do comitê é fazer com que esse avanço hoje
221 propulsione as outras instâncias do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, para que tenhamos a
222 cobrança e água de qualidade e em quantidade para todos os usuários.

223 Após as manifestações feitas durante a reunião plenária, a presidente Viviane Feijó Machado colocou
224 o Produto 2 em votação. O produto foi aprovado com seis votos contrários e duas abstenções. Para
225 registrar na ata, os representantes das instituições IRGA e Sindicato Rural de Santo Antônio da
226 Patrulha, que são entidades suplentes, manifestaram-se contrários à aprovação do Produto 2, mesmo
227 com as entidades titulares presentes.

228 **Passando para o próximo item de pauta: 4) Apresentação e deliberação da minuta Mecanismos**
229 **e Valores para a Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio dos**

230 **Sinos:** Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) apresenta a deliberação completa, incluindo cada
231 produto aprovado como um anexo dentro da deliberação. Ela faz a leitura da deliberação completa.
232 Julianna Dal'Maso (CORSAN/AEGEA) aponta que conste uma ressalva sobre as questões de outorgas
233 para necessidades emergenciais para abastecimento público que pagariam duplicadamente. Viviane diz
234 que discutimos isso no GT, e que está previsto revisões no mecanismo aprovado a cada quatro anos ou
235 sempre que a plenária entender pertinente, assim podendo ser avaliada depois. Afirma que o GT pediu
236 que as representantes da CORSAN apresentassem quais eram os pontos específicos em que ocorria
237 essa sobreposição de outorgas, mas a entidade não tinha esse dado naquele momento. Viviane Feijó
238 Machado diz que é possível discutir no GT sobre essas questões de reserva técnica, e que no
239 Mecanismo aponta que o valor será cobrado pela medição. Julianna sugere que se retire a cobrança
240 sobre 50% do outorgado para o saneamento, e que se cobre apenas o captado. Joel Garcia Dias
241 (SEMAE) sugere que essa proposta deva vir por escrito. Viviane pergunta a plenária se mais alguém
242 concorda que, neste momento, seja verificada esta questão. Nesse momento temos o mecanismo e os
243 valores aprovados, e agora temos uma deliberação. Julianna aponta que a apresentação do Mecanismo
244 não estava na pauta como deliberação na reunião anterior, mas Viviane responde que,
245 independentemente de haver ou não apontamento em pauta, todos os assuntos estão sujeitos a serem
246 votados pela plenária. Rafael dá o exemplo da votação que está correndo no momento sobre o assunto
247 que a Julianna trouxe e que não estava na pauta da convocação de hoje. Viviane ressalta, que se a
248 plenária entende que é pertinente, será revisado agora o artigo do Mecanismo aprovado na reunião
249 anterior, que a Julianna trouxe no momento. Se não, revisamos depois no GT. A Plenária se manifesta
250 pela sugestão do Joel, para que seja trazida a proposta via GT para apreciação em outro momento. A

251 presidente Viviane Feijó Machado (COMITESINOS) coloca a deliberação em votação. Sendo
252 aprovado com duas abstenções a deliberação. Viviane fala da importância dessa votação, e que o comitê
253 mais uma vez se colocando a frente na história do Rio Grande do Sul.

254 No próximo item de pauta: **5) Processo Renovação Comitesinos Gestão 24/26 – Comissão Eleitoral:**
255 Kely Boscato Pereira, secretária executiva do COMITESINOS, fala sobre o processo eleitoral. Realiza
256 uma retrospectiva sobre a reunião do CRH que alterou o período dos mandatos dos comitês de bacia,
257 adiando o processo eleitoral do COMITESINOS, e esclarecendo a solicitação do CRH em passar em
258 plenária a formação da Comissão Eleitoral novamente, sendo formada por Carlos Alberto Mendes
259 Moraes (UNISINOS), Ione Bruhm Gutierrez (SINPROCAN) e Marco Muller (CICS Portão).

260 **6) Solicitação de manifestação referente à solicitação de Outorga para bombeamento:** O SIOUT
261 encaminhou ofício pedindo manifestação de ciência do Comitesinos para uma solicitação de outorga
262 para bombeamento no leito do rio para uma mineradora. Os documentos referentes ao processo foram
263 encaminhados também. Kely Boscato (COMITESINOS) esclarece que a Bacia do Rio dos Sinos é uma
264 bacia especial, portanto, todas as solicitações de outorga do SIOUT são encaminhadas ao comitê para
265 ciência da plenária. Todo processo de viabilidade técnica já foi enviado para conhecimento da plenária.

266 **7) Apresentação do Relatório de Atividades 2023 e Plano de Trabalho 2024:** Kely Boscato
267 (COMITESINOS) apresenta o Relatório de Atividades 2023, uma exigência do Procomitês. A
268 apresentação inclui os números referentes às reuniões plenárias, administrativas, de GT's, CPA,
269 VerdeSinos, eventos e outras representações. Os números pretendidos foram alcançados mesmo sem
270 recursos financeiros para o comitê. Kely apresenta também o Plano de Trabalho 2024, o qual foi
271 encaminhado por e-mail aos membros.

272 **8) Convite I ERCOB Sul 2024:** Kely Boscato (COMITESINOS) comunica a participação do
273 Comitesinos no I ERCOB, sendo representados neste evento pela presidente e pela secretária executiva
274 do Comitê, e convida os membros que tiverem disponibilidade e interesse à participarem do primeiro
275 Encontro Regional dos Comitês de Bacia da Região Sul, que vai ocorrer em Florianópolis, Santa
276 Catarina, com inscrições gratuitas. Ela afirma que este tipo de evento constitui um momento muito
277 bom de intercâmbio.

278 **9) Assuntos Gerais:**

279 Kely Boscato (COMITESINOS) apresenta um panorama do programa estadual de revitalização, tendo
280 participado de uma reunião no dia 05/03. A intenção era saber as expectativas dos comitês de bacia em
281 relação ao programa. Um documento será encaminhado para o programa. Sílvio Klein (COMUSA)
282 pergunta sobre o estudo de vazão, e Kely confirma que está incluso. Os responsáveis pelo programa de
283 revitalização trarão as atualizações na próxima reunião ordinária do Comitesinos.

284 Referente à próxima etapa do Projeto VerdeSinos, Kely Boscato afirma que o comitê ainda está
285 tratando os detalhes com a Petrobrás, e que a diretoria trará as atualizações conforme o projeto avançar.

286 Sérgio Cardoso, presidente do Comitê Gravatahy, divulga o evento em comemoração aos 35 anos do
287 comitê do Rio Gravataí. No dia 12/03 ocorrerá a plenária no Instituto Federal em Alvorada, que contará
288 com a primeira simulação de cobrança pelo uso da água com o método Faísca. No dia 13/03, será
289 realizado um seminário no SENGE/RS, trazendo uma discussão sobre a política de recursos hídricos do
290 Rio Grande do Sul, inclusive para irrigação.

291 Paulo Robinson da Silva Samuel (ABES) convida os membros do comitê para discutirem ETE's
292 sustentáveis em evento da ABES que ocorrerá no SENGE/RS, no dia 14/03, às 16h30, que terá,
293 também, a apresentação do cronograma da ABES 2024 e apresentação da IFAT Brasil.

294 Marco Muller (CICS Portão) faz um agradecimento aos agentes da ANA que estiveram presentes em
295 todas as reuniões, especificamente Marco Amorim, Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho e Thiago
296 Barros, os membros dos sindicatos que estiveram no Grupo de Trabalho, os representantes da produção
297 rural e do saneamento, a equipe da secretaria do comitê, a presidente e o vice-presidente, o DRHS e as
298 agências reguladoras que estiveram sempre presentes nas reuniões.

299 Viviane agradece a participação de todos os representantes, agradece aos técnicos da ANA que
300 estiveram sempre disponíveis, na Plenária hoje o Thiago Barros (coordenador de sustentabilidade
301 financeira e cobrança) e o Giordano Bruno, aponta a participação do Marco Amorim, que não pode
302 estar presente na reunião, mas participou de todas reuniões do GT Cobrança trazendo exemplos e
303 esclarecimentos na reunião, mas participou de todas reuniões do GT Cobrança trazendo exemplos e
304 esclarecimentos para o grupo. Viviane convida aos presentes para uma foto e então, dá o encerramento
305 da Plenária.

306 Anexo: lista de presença.

307

308

309

São Leopoldo, 07 de março de 2024.

310

311

312

313

314 Kely Boscato Pereira
315 Secretária Executiva

Daniel Pereira
Vice-presidente

Viviane Machado Feijó
Presidente

316

317

318